

Injeção de R\$ 23 milhões

Ricardo Mendes
Da equipe do **Correio**

O sistema de atendimento médico do Distrito Federal receberá uma injeção de R\$ 23 milhões, destinados à compra de equipamentos e a 97 obras. A importância dessa notícia pode ser medida pelo dinheiro que ela envolve ou mesmo pela expressão que o governador Cristovam Buarque exibirá hoje ao anunciar o pacote de investimentos, em solenidade no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Ao injetar dinheiro em hospitais, principalmente na periferia pobre da capital, o governo pretende transformar dores de cabeça em cartões postais da administração petista. Ao comentar as obras de maior porte e duração — como o novo Pronto Socorro do Hospital do Gama —, a secretária de Saúde, Maria José Maninha, anuncia: "Tudo estará pronto antes de outubro de 1998".

VENDA DE IMÓVEIS

Na verdade, o pacote já estava incubado há tempos, como uma gripe à espera de uma queda nas resistências do organismo. As obras foram previstas no Orçamento Participativo de 1996 e 1997. Mas, para saírem do papel, elas teriam de vencer uma barreira — a carência de recursos financeiros.

O obstáculo está sendo vencido a contágio, somando várias fontes de recursos. O Ministério da Saúde contribuirá com R\$ 3,5 milhões, oriundos de um programa de reforma e reequipamento de hospitais chamado Reforsus. Mas a maior parte do dinheiro a ser aplicado vem da comercialização de ações da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da venda de imóveis da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF).

LOBBY

Para transformar terrenos em reais, Maninha matou saudade dos tempos de deputada. Na primeira semana de julho, trabalhou três dias na Câmara Legislativa, fazendo lobby pela aprovação do projeto que autorizou a venda dos imóveis.

A medida engorda o caixa do governo, que espera reabilitar uma das principais bandeiras petistas. "Cumprir o Orçamento Participativo é prioridade, senão ele cai em descrédito", explica Maninha, que se licenciou da Câ-

mara em 1996 para assumir a secretaria.

Maninha argumenta que, com os investimentos, tentará curar o que chama de segundo ponto de estrangulamento do sistema de saúde.

O primeiro é a demanda, inchada pelos pacientes que vêm do Entorno e outros pontos do país. "O segundo ponto é o fato de a pessoa chegar ao hospital e, depois de receber um primeiro atendimento, não conseguir marcar novos exames ou esperar muito por uma cirurgia", observa.

RECONSTRUÇÃO

Para enfrentar esse mal, o governo equipará os hospitais regionais do Gama (HRG) e de Taguatinga (HRT) para que absorvam boa parte dos pacientes que buscam o Hospital de Base (HBDF). Um exemplo disso será o tomógrafo computadorizado que o HRG ganhará.

Com ele, os acidentados atendidos nesse hospital não precisarão ser levados ao HBDF para diagnosticar lesões na cabeça. Um mamógrafo fará com que as moradoras do Gama não tenham de sair de sua cidade para diagnosticar tumores nos seios.

"Alguns hospitais serão praticamente reconstruídos", antecipa Maninha. Mais uma vez, o Gama é o melhor exemplo do que ela anuncia. Um novo Pronto Socorro, mais amplo, surgirá onde hoje está a Farmácia e a Anatomia Pato-lógica, que serão demolidas e reconstruídas em outra área do HRG — cujas

obras consumirão pouco mais de R\$ 2,3 milhões.

O governo promete muito. Postos e centros de saúde serão criados, e outros, reformados. Na zona rural, circularão ônibus adaptados com consultório médico. O Guará ganhará uma maternidade e um centro cirúrgico. Outra maternidade será erguida em Planaltina. O Hospital de Ceilândia ficará maior, assim como o ambulatório do HBDF.

Na solenidade de hoje, o governador assinará uma ordem de serviço autorizando a Secretaria de Saúde, por meio da Fundação Hospitalar, a abrir as licitações necessárias.

De acordo com o departamento de engenharia da fundação, as obras trarão alívio antes mesmo de serem concluídas, dando emprego a 3,1 mil operários da construção civil por um ano.

